

INVESTIGAÇÃO

Ramagem nega monitoramento

Ex-diretor da Abin admite que pode ter ocorrido uso indevido de equipamento para espionagem, mas refuta participação

» EVANDRO ÉBOLI
» RENATO SOUZA

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e atual deputado federal, Alexandre Ramagem (PL-RJ) admitiu que o sistema de inteligência First Mile pode ter sido usado de maneira ilegal dentro do órgão, mas negou participação.

“Nunca teve ordem minha ou pedido para utilização indevida desse sistema, formal ou informalmente. Está sendo feita a verificação se foi usado corretamente. Se uma instituição compra armamento e se lá na ponta alguém fez mau uso, a culpa não é do diretor”, sustentou Ramagem, em entrevista à CNN.

O parlamentar também refutou as acusações da Polícia Federal de existência de uma “Abin paralela” e de que protegeu filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na peça, são citados o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que teria sido beneficiado por relatórios da Abin para subsidiar sua defesa no caso das rachadinhas; e Jair Renan, que era investigado por tráfico de influência.

Sobre os celulares e notebooks que pertenciam à Abin e foram apreendidos pela PF na ação de ontem, Ramagem argumentou que se tratavam de equipamentos velhos, antigos e que não os usava havia mais de três anos. “Nem sabia que eram da Abin”, frisou.

A operação da PF provocou reações no mundo político. Bolsonaro não fez uma manifestação direta, mas saiu em defesa de seu ex-colaborador postando dois vídeos antigos de declarações de Ramagem negando irregularidades. Num deles, o ex-diretor da Abin diz que foi só ele aparecer

Ed Alves/CB/DA.Press



Agentes da Polícia Federal cumpriram mandados de busca e apreensão no gabinete do deputado Alexandre Ramagem, na Câmara



Nunca teve ordem minha ou pedido para utilização indevida desse sistema, formal ou informalmente. Está sendo feita a verificação se foi usado corretamente. Se uma instituição compra armamento e se lá na ponta alguém fez mau uso, a culpa não é do diretor”

Alexandre Ramagem (PL-RJ), deputado federal e ex-diretor da Abin

como possível candidato a prefeito do Rio de Janeiro que começaram os ataques.

O líder do PL na Câmara,

Altineu Côrtes (RJ), saiu em defesa do colega e disse que a operação da PF é uma perseguição contra a oposição e um episódio

que humilha o Congresso.

“Conheço o Ramagem como um íntegro. Suspeito do teor dessa operação. Em ano eleitoral, é absurdo ver um importante candidato à Prefeitura do Rio sendo alvo de busca e apreensão”, postou Côrtes.

Por sua vez, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disparou contra a operação da PF e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por não coibir buscas e apreensões no Congresso (**leia reportagem na página 4**)

Solidariedade

Na véspera da operação, Ramagem foi prestar apoio a outro

colega, também atingido por uma ação dos agentes federais há uma semana. Ele esteve em ato no Salão Verde da Câmara dos Deputados em solidariedade a Carlos Jordy (PL-RJ). Agentes da PF fizeram busca e apreensão na residência e no gabinete do parlamentar, acusado de estimular atos antidemocráticos.

Ramagem teve uma passagem discreta pela Câmara. Na reunião fechada dos bolsonaristas, ficou sentado num canto, não na mesa central. E foi um dos poucos a não usar a palavra. Depois, durante o ato, que teve uma manifestação de Jordy, ficou no fundo, ao lado de Zé Trovão (PL-SC). Saiu logo em seguida.

Pedido de análise no Senado

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, afirmou que vai solicitar o inquérito sobre a suposta espionagem ilegal feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra políticos e outras autoridades do país.

“Na posse como presidente da CRE alertei que o Brasil nunca teve um órgão de inteligência a serviço do Estado e da democracia. Sempre foi um pántano de arapongagem política. Vou requisitar a íntegra do gravíssimo inquérito que gerou a operação de hoje (ontem). São muitos os responsáveis”, disse no X (antigo Twitter).

Em março do ano passado, ao assumir o colegiado no Senado, Renan questionou o funcionamento do serviço de inteligência brasileiro, ao relembrar os atos antidemocráticos do 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram depredadas por extremistas.

“No dia 8 de janeiro, os Três Poderes foram alvos de ações terroristas. Por qual razão a conspiração não foi atalhada? Onde estavam os informantes? A quem compete coordenar e centralizar o trabalho de inteligência e orientar corretamente o presidente da República? Quem falhou? Foi um erro coletivo ou individual? Essas e outras inquietações ainda não foram suficientemente esclarecidas, mas expuseram, sem dúvida nenhuma, falhas indistigáveis na vigilância e uma vulnerabilidade não camuflável”, disse na sessão da comissão em 16 de março.

Gonet se opôs a afastamento

A Polícia Federal pediu que o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), fosse afastado do mandato enquanto investiga se ele usou a estrutura da instituição para atender a interesses pessoais e políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A solicitação, no entanto, foi negada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

Ao defender o afastamento do deputado, a PF afirmou que a agência, sob a gestão de Ramagem, “estava a serviço, em verdade, do extrato político nacional”. Para os investigadores, a instituição foi loteada com aliados do governo, que formariam uma “estrutura paralela”. O deputado teria “incentivado e acobertado” o suposto esquema de arapongagem.

“A informalidade era um meio de ação para não deixar rastros”, afirma a PF em relatório enviado ao STF. “Os elementos de prova colhidos na fase ostensiva revelaram eventos correlatos que sedimentam o modus operandi e a instrumentalização da Abin sob a gestão do delegado Alexandre Ramagem.”

A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi contra o afastamento do deputado. O procurador-geral, Paulo Gustavo Gonet Branco, argumentou que o mandato parlamentar deve ser resguardado e que, como Ramagem não está mais à frente da Abin, cargo que deixou há mais de um ano, não existe justificativa para afastá-lo da Câmara.

“Se os fatos atribuídos ao deputado Ramagem são de seriedade evidente, não se avultam, neste momento, acontecimentos graves e contemporâneos que

ponham em risco as investigações respectivas, justificadores da providência de afastamento das funções parlamentares”, diz o parecer da PGR.

Sete policiais federais que, durante o governo Bolsonaro, estavam cedidos à Abin foram afastados do trabalho por determinação do STF. Moraes, no entanto, manteve o mandato de Ramagem.

“Em que pese a gravidade das condutas do investigado, Alexandre Ramagem, bem analisada pela Polícia Federal, neste momento da investigação não se vislumbra a atual necessidade e adequação de afastamento de suas funções. Essa hipótese poderá ser reanalisada se o investigado voltar a utilizar suas funções para interferir na produção probatória ou no curso das investigações”, escreveu o ministro do STF.

Caso Marielle: promotora foi alvo

O esquema de espionagem montado na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), investigado pela Polícia Federal, aponta que os envolvidos monitoraram a promotora de Justiça Simone Sibílio, que comandou a força-tarefa à frente da investigação sobre os homicídios da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O acesso a informações dela está registrado em documentos obtidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com decisão tomada pelo ministro Alexandre de Moraes — que autorizou a operação deflagrada pela Polícia Federal, que apura o esquema de uma Abin paralela —, a Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou documentos com as mesmas características dos montados pelos integrantes do esquema de espionagem ilegal.

“Em outra oportunidade, novamente, ficou patente a instrumentalização da Abin para monitoramento da promotora de Justiça do Rio de Janeiro e coordenadora da força-tarefa sobre os homicídios qualificados perpetrados em desfavor da vereadora Marielle Franco e o motorista que lhe acompanhava, Anderson Gomes. Os documentos elaborados sobre a autoridade pública teriam a mesma identidade visual dos apócrifos elaborados pela estrutura paralela da Abin, conforme destacado pela Polícia Federal”, ressalta Moraes, em um trecho da decisão.

Em apuração

Em outra parte do relatório, o ministro acrescenta: “A estrutura paralela infiltrada na Abin sob a gestão do delegado Alexandre

Ramagem estava a serviço, em verdade, do extrato político nacional. Os serviços realizados ainda não identificados em sua totalidade corroboram as premissas investigativas estabelecidas no presente Inquérito Policial Federal”.

Na época, a Abin era comandada por Alexandre Ramagem, atual deputado federal. Simone Sibílio entrou no caso em 2018, época das execuções de Marielle e Anderson. Ela saiu em 2021, alegando interferências externas, sem dar mais detalhes de quais informações tinha sobre a situação.

O caso continua sendo investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. No entanto, desde o ano passado, a pedido do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, conta com colaboração da Polícia Federal para ser elucidado. (RS e EE)

NESTE CARNAVAL, DESFILE TODO O SEU RESPEITO NÃO BEBENDO SE FOR DIRIGIR.

Prepare-se para curtir a alegria do carnaval, onde a diversão encontra com o respeito.

Seja da paz, pule fora de confusão. Respeite a diversidade. Hidrate-se! Beba bastante água. Lugar de lixo é no lixo. Respeite as minas! Estamos de olho. E não esqueça a camisinha.

GDF